

Revisão sistemática sobre a valorização da cultura afro-brasileira nas escolas do campo

 Francislene Alves Bezerra¹,  Jonas Carvalho e Silva²,  Rosane Balsan³

¹ Secretaria do Estado de Educação – SEDUC. Escola Família Agrícola de Porto Nacional-TO. Endereço: Km 03 Rodovia TO 255, Zona Rural, Porto Nacional – TO. Brasil. ² Technische Universität Dortmund, Alemanha. ³ Universidade Federal do Tocantins - UFT.

Autor para correspondência/Author for correspondence: chicabezerra1504@gmail.com

RESUMO. Esta revisão tem por objetivo analisar a produção científica sobre a aplicação da Lei Federal n. 10.639/2003 nas escolas do campo no Brasil. O levantamento seguiu o protocolo de Principais Itens para Relatar Revisões Sistemáticas e Meta-Análises (PRISMA) e foi realizado nas bases de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (CAPES), Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO), Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), Web of Science, acervo digital da Universidade de Dortmund e do Repositório Institucional da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Foram incluídos 19 relatos de pesquisas que, após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram categorizados em três grupos: as pesquisas sobre a educação para as relações étnico-raciais nas escolas do campo; a escola e a luta pela terra; e cultura e identidade do povo camponês. Levantou-se, ainda, o ano de publicação, autor, título, nome do programa/universidade e periódico, tipo (dissertação, tese ou periódico), palavras-chave indicadas, objetivos, método e instrumentos de coleta, participantes, principais resultados e conclusões/recomendações. Os resultados indicaram a predominância de métodos qualitativos, por meio da utilização de entrevistas semiestruturadas, entrevistas informais, análise documental, etnográfico, estudo de caso, diário de campo, observação participante, revisão bibliográfica, roda de conversa, entre outros. Essas estratégias possibilitam o conhecimento das vivências dos sujeitos envolvidos nas práticas educativas para efetivação da Lei. Notou-se um número reduzido de trabalhos encontrados, nas bases de dados selecionadas, sobre a temática que aborda a aplicabilidade da Lei em escola do campo. Recomenda-se desenvolvimento de pesquisas que avaliem a efetivação da Lei, especialmente com amostras grandes e com delineamentos quantitativos.

Palavras-chave: educação do campo, Lei n. 10.639/2003, relações étnico-raciais.

RBEC	Tocantinópolis/Brasil	v. 9	e15837	UFNT	2024	ISSN: 2525-4863
------	-----------------------	------	--------	------	------	-----------------



Systematic review on the appreciation of Afro-Brazilian culture in rural schools

ABSTRACT. This review aims to analyze the scientific production on the application of Federal Law n. 10,639/03 in rural schools in Brazil. The survey followed the protocol of Main Items to Report Systematic Reviews and Meta-analyses- PRISMA, and was carried out in the databases of the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (CAPES), Online Scientific Electronic Library- Scielo, Brazilian Association of Black Researchers (ABPN), Web of Science, digital collection of the University of Dortmund and the Institutional Repository of the Federal University of Tocantins (UFT). Nineteen research reports were included, which, after applying the inclusion and exclusion criteria, were categorized into 3 groups: research on education for ethnic-racial relations in rural schools; the school and the struggle for land; and culture and identity of the peasant people. The year of publication, author, title, name of the program/university and periodical, type (dissertation, thesis or periodical), indicated keywords, objectives, method and collection instruments, participants, main results and conclusions/recommendations. The results indicated the predominance of qualitative methods, through the use of semi-structured interviews, informal interviews, document analysis, ethnography, case study, field diary, participant observation, literature review, conversation circle, among others. These strategies make it possible to know the experiences of the subjects involved in educational practices for the implementation of the Law. There was a small number of works found, in the selected databases, on the theme that addresses the applicability of the Law in rural schools. It is recommended the development of researches that evaluate the effectiveness of the Law, especially with large samples and with quantitative designs.

Keywords: rural education, law 10.639/2003, ethnic-racial relations.

Revisión sistemática sobre la valorización de la cultura afrobrasileña en las escuelas rurales

RESUMEN. Esta revisión tiene como objetivo analizar la producción científica sobre la aplicación de la Ley Federal n. 10.639/03 en escuelas rurales de Brasil. La encuesta siguió el protocolo Main Items for reporting Systematic Reviews and Met-analyses - PRISMA, y fue realizada en las bases de datos de la Biblioteca Digital Brasileña de Tesis y Disertaciones (CAPES), Biblioteca Electrónica Científica en Línea - Scielo, Asociación Brasileña de Investigadores Negros (ABPN), Web of Science, colección digital de la universidad de Dortmund y el Repositorio Institucional de la Universidad Federal de Tocantins (UFT). Se incluyeron diecinueve informes de investigación, que luego de aplicar los criterios de inclusión y exclusión, fueron categorizados en 3 grupos: investigaciones sobre educación para las relaciones étnico-raciales en escuelas rurales; la escuela y la lucha por la tierra; y la cultura e identidad del pueblo campesino. El año de publicación, autor, título, nombre del programa/universidad y revista, tipo (disertación, tesis o revista), palabras clave indicadas, objetivos, método e instrumentos de recolección, participantes, principales resultados y conclusiones/recomendaciones. Los resultados indicaron el predominio de los métodos cualitativos, mediante el uso de entrevistas semiestructuradas, entrevistas informales, análisis documental, etnográfico, estudio de caso, diario de campo, observación participante, revisión bibliográfica, rueda de conversación, entre otros. Estas estrategias posibilitan el conocimiento de las experiencias de los sujetos involucrados en las prácticas educativas para la efectividad de la Ley. Fueron encontrados pocos trabajos, en las bases de datos seleccionadas, sobre el tema que aborda la aplicabilidad de la Ley en las escuelas rurales. Se recomienda realizar investigaciones para evaluar la efectividad de la Ley, especialmente con muestras grandes y diseños cuantitativos.

Palabras clave: educación rural, ley 10.639/2003, relaciones étnico-raciales.

Introdução

É sabido que o Movimento Negro é o principal responsável em visibilizar pautas que trazem os problemas relacionados a essa população que foi tão apagada em nossa história, ou quando aparece é inferiorizada em relação a outras civilizações que a formaram. Nesse sentido, faz-se necessário trazer um outro olhar a essa história que nos foi contada através da lente do colonizador. Para tal desconstrução, a escola é um espaço estratégico para reflexões e posicionamentos críticos referentes a narrativas, estereótipos que foram construídos ao longo da nossa história. A alteração da Lei n. 9.394/1996 pela Lei n. 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos das escolas de Ensino Fundamental e Médio, públicas e particulares, nos possibilita, de forma legal, pensar e efetivar ações que materializem o que está prescrito nos documentos legais.

Apesar dos avanços, das políticas de ações afirmativas, é preciso continuar rompendo barreiras, criar pontes, ocupar espaços estratégicos na sociedade, para continuar fomentando políticas públicas de combate à discriminação racial e qualquer forma de discriminação. Nesse contexto, as escolas também são territórios de relação de poder, como ocorre nos demais espaços da sociedade, ao contrário, como lembra (Franco, 2018), ainda continuam tensas as relações entre pessoas negras e brancas no universo escolar, embora sejam veladas, por vezes minimizadas, como “brincadeiras”, ou até mesmo consideradas como bullying.

Entre as diversas estruturas de combate ou de promoção ao racismo, temos a educação como fator primordial. Embora haja leis que punam ações racistas, ainda são recorrentes tais atitudes (Prado, 2013). Dessa forma, torna-se essencial que esse assunto seja tratado nas escolas, a fim de conscientizar os jovens quanto à importância do negro na formação da sociedade brasileira, bem como quanto à relevância da cultura africana na nossa formação cultural (Souza, 2016). Conforme Munanga (2005), a educação escolar exerce um papel importante no processo de reconhecimento da história e da diversidade étnico-cultural brasileira, embora ela não seja a única responsável. Para entender a história e a identidade do povo negro, é preciso começar pelo estudo de todas as suas matrizes culturais (Munanga & Gomes, 2016).

O ensino da cultura afro-brasileira em sala de aula trouxe avanços para o processo educacional (Pinheiro & Rosa, 2018; Santos, 2018). Essas conquistas se deram graças a vitórias de movimentos sociais, como, por exemplo, a Lei Federal n. 10.639/2003 (Brasil,

2003), que alterou a Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996 e estabeleceu as diretrizes e as bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira (Brasil, 2003). Na prática, a LDB recomenda aos professores levar para sala de aula reflexões a respeito da valorização da história e da cultura dos afro-brasileiros e dos africanos. A finalidade é proporcionar de fato na escola um ambiente de debates, levando os educandos a reflexões críticas a despeito das questões raciais.

Diante disso, é preciso concretizar uma educação das relações étnico-raciais, articulando teoria e prática e, junto a isso, a efetivação da Lei, através de projetos pedagógicos transdisciplinares que envolvam equipe escolar, movimento negro, universidade, família, estudantes e comunidade. Para a efetivação dessas práticas, é necessário que haja formação de professores com temáticas relacionadas às relações étnico-raciais.

Souza e Santos (2020) afirmam que ainda persiste o silenciamento das instituições escolares perante a agenda antirracista e a incipiente capacitação pedagógica e conceitual de professores/as para tratarem sobre o tema. Nesse contexto, inserem-se as escolas do campo, que atuam em uma modalidade de educação que ocorre nos espaços rurais (Martins, 2015). A educação do campo, em seu contexto histórico, surgiu da luta dos sujeitos do campo com suas vivências na busca de uma educação que atendesse às demandas das trabalhadoras e dos trabalhadores em que almejam um projeto político pedagógico que respondesse às especificidades de seu território e suas pluralidades étnicas (Santos, 2020).

Como reforça Oliveira,

A luta pela educação do campo no Brasil é um desses espaços de resistência “desde baixo”, que nasce junto às comunidades camponesas e seus movimentos sociais, e que ao passo se tornou demanda e pressão política frente ao Estado. O I Encontro de Educação na Reforma Agrária – ENERA é reconhecido como o primeiro passo na entrada dessa demanda como pauta das políticas públicas do Estado ... (Oliveira, 2017, p. 17).

O resultado dessas lutas dos trabalhadores e de suas organizações foi a efetivação de políticas públicas de educação do campo, como, por exemplo, a criação do Programa Nacional de Educação das Áreas de Reforma Agrária (PRONERA), Programa Saberes da Terra, Programa de Apoio as Licenciaturas em Educação do Campo (Procampo) e Programa de Iniciação à Docência – PIBID Diversidade/CAPES.

Embora a Lei n. 10.639/2003 tenha sido promulgada há mais de 20 anos, percebe-se que o tema ainda é pouco discutido ou é tratado de forma muito superficial no ambiente escolar. Além disso, no levantamento da revisão da literatura, constatou-se que, apesar do grande número de universidades brasileiras e de produções acadêmicas realizadas anualmente, há um número reduzido de pesquisas que tratam da temática da aplicação da Lei Federal nas escolas rurais.

Diante do exposto, pergunta-se: como se desenvolvem as pesquisas sobre a valorização dos povos africanos e afro-brasileiros nas escolas do campo? Esta revisão teve por objetivo investigar as pesquisas publicadas nos últimos anos referentes às relações étnico-raciais e a educação do campo. Os resultados apresentam o escopo das pesquisas sobre a valorização dos povos africanos e seus descendentes nas escolas do campo brasileiras.

Metodologia

Delineamento

O estudo é uma revisão sistemática da literatura, que consiste em uma modalidade de pesquisa que segue protocolos específicos e que busca entender e dar alguma logicidade a um grande *corpus* documental, especialmente, verificando o que funciona e o que não funciona num dado contexto. É focada em seu caráter de reprodutibilidade por outros pesquisadores, apresenta, de forma explícita, as bases de dados bibliográficos consultados, as estratégias de busca empregadas em cada base, o processo de seleção dos artigos científicos, os critérios de inclusão e exclusão dos artigos e o processo de análise de cada artigo (Galvão & Ricarte, 2020).

Foram analisadas dissertações, teses e artigos científicos de estudos realizados em escolas do campo, cujas pesquisas estão imbricadas na Lei n. 10.639/2003.

Procedimentos

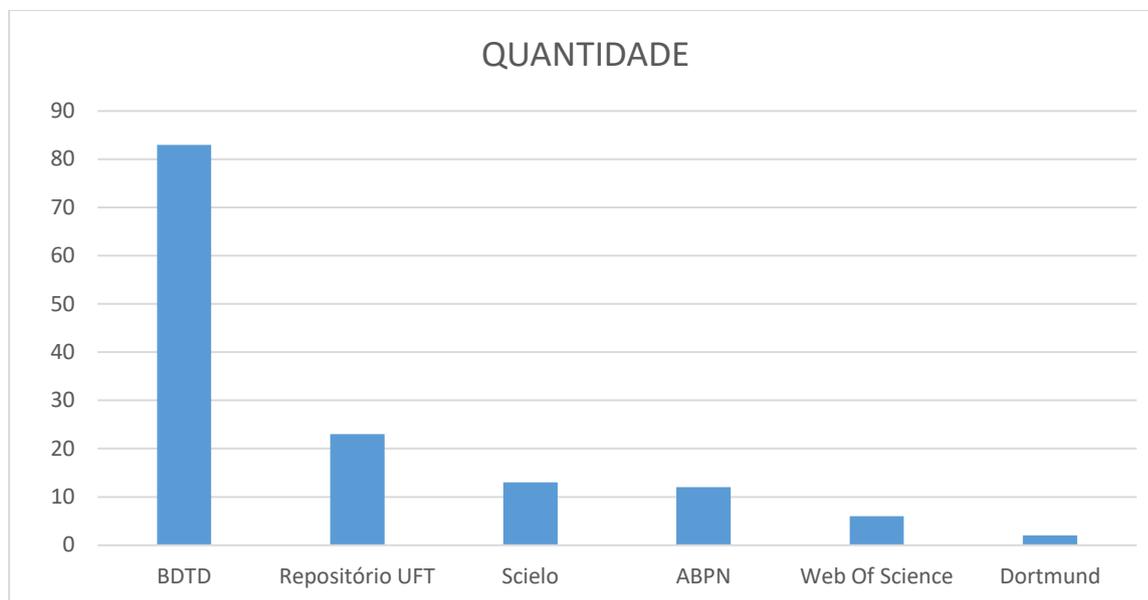
Coletas de Dados

A revisão sistemática seguiu as seguintes etapas: seleção das palavras-chave, busca pelo banco de dados, critérios de inclusão e exclusão, leitura dos resumos, categorização das pesquisas encontradas. As buscas foram realizadas nas plataformas *on-line* da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (CAPES), Scielo, Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), Web of Science e acervo digital da universidade de Dortmund, e do Repositório Institucional da Universidade Federal do Tocantins – UFT.

Foram utilizados os seguintes descritores: “educação do campo”, “relações étnico-raciais” e “Lei 10.639”. Durante a busca pelos descritores, utilizou-se o termo “AND” e as “ ” para uni-los, de forma que foram criados grupos de chaves para facilitar a pesquisa.

Após a pesquisa com os descritores, encontramos 139 relatos de pesquisa, sendo: 83 trabalhos publicados na BDTD; no Portal Scielo, foram 13 estudos; na ABPN, 12 produções; no Repositório Institucional da UFT, foram 23 teses e dissertações; no portal Web of Science, localizamos 6 periódicos; e, no acervo digital da universidade de Dortmund, encontramos 2 trabalhos (Figura 1). Além desse número, 8 documentos foram identificados por meio de outros sites eletrônicos.

Figura 1 – Quantidade de trabalhos por base pesquisada.



Fonte: Elaborada pela autora.

Crítérios de Inclusão

Publicações de teses, dissertações e artigos sobre estudos empíricos realizados em escolas situadas no campo e que fazem referência no que orienta a Lei n. 10.639/2003, entre os anos de 2004 até 2021.

Critérios de Exclusão

Estudos que tratam de: ensino superior, avaliação, disciplina, ensino, livro didático, disciplinas, literatura, literatura infantil, revisão de literatura, religião, educação quilombola, educação indígena, estudos de fronteira, projetos pontuais e análise documental.

Na primeira etapa da revisão sistemática, identificamos 139 trabalhos. Na segunda etapa, os títulos, as palavras-chave e os resumos foram examinados para aderência ao tema estudado. Aqueles artigos duplicados ou que não atenderam aos critérios de inclusão foram excluídos, restando no final da segunda etapa 11 estudos. A terceira etapa consistiu na análise e na inclusão de novas pesquisas que convergiam com o tema, o que gerou uma amostra de 19 trabalhos. E a última etapa consistiu na leitura íntegra de todos os estudos, no intuito de confirmar a aderência ao tema pesquisado.

Análise de Dados

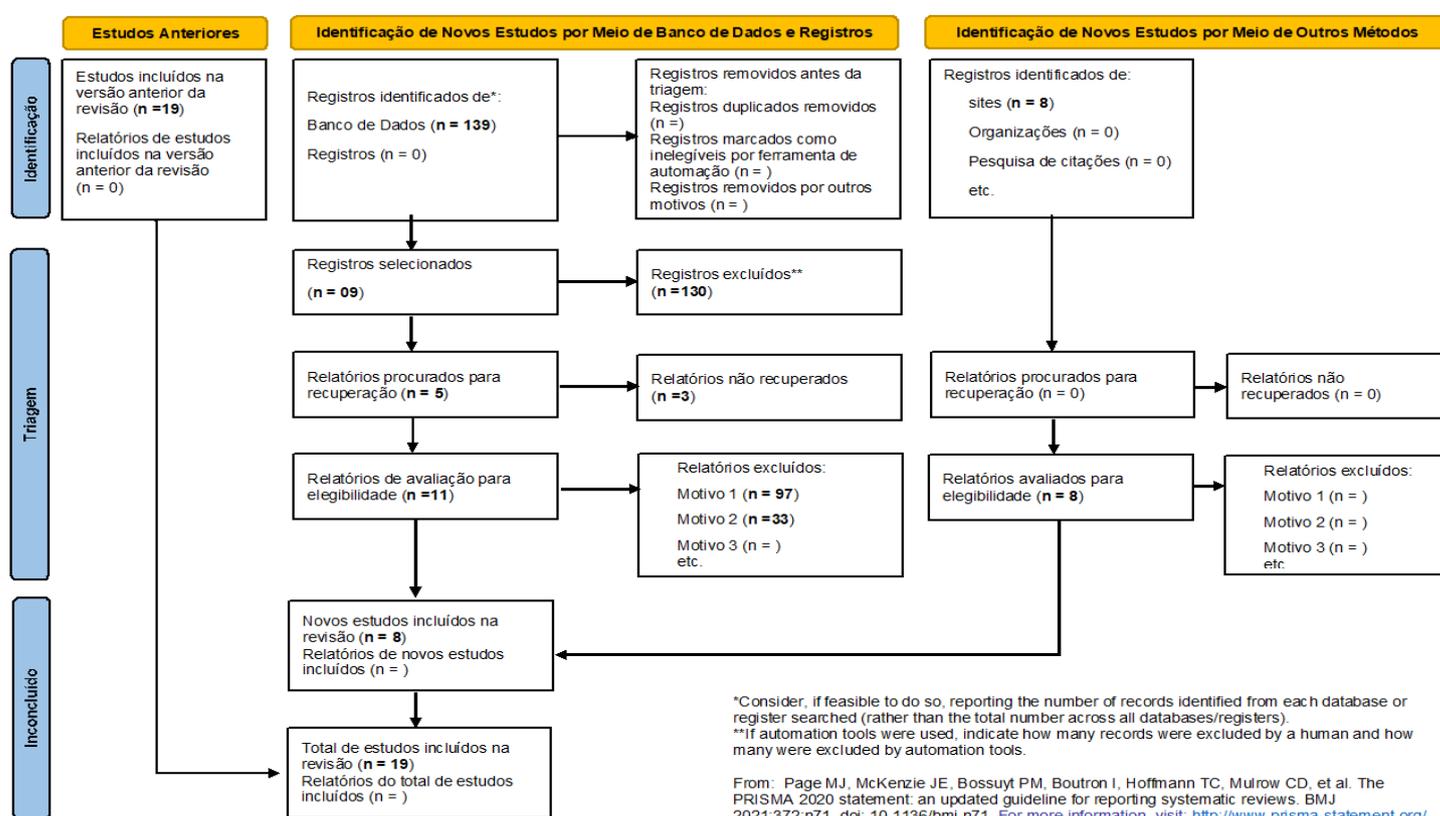
Utilizou-se o critério do *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* (PRISMA) para realizar e relatar essa revisão de literatura. No protocolo PRISMA, é criada uma lista de verificação de 27 itens no intuito de auxiliar os autores de pesquisa a aperfeiçoar o relato da revisão sistemática (Araújo, 2020).

No *checklist*, os itens foram distribuídos da seguinte forma: título (1 item), resumo (1 item), introdução (2 itens), métodos (11 itens), resultados (7 itens), discussão (1 item), outras informações (4 itens). A partir da leitura dos trabalhos, extraímos os seguintes dados: ano de publicação, autoria, título, nome do programa/universidade/periódico, tipo de trabalho (tese/dissertação/artigo), palavras-chave, objetivos do trabalho, método/instrumento de coleta, participantes e principais resultados.

Os critérios propostos são recomendações que buscam garantir que as revisões de literatura sejam mais transparentes e completas (Sarkis-Onofre et al., 2021). As recomendações do protocolo foram organizadas em uma tabela da qualidade da revisão, que inclui os seguintes tópicos: ano, autor, título, nome do programa/universidade, tipo, palavras-chave indicadas, objetivos do trabalho, tipo/método/instrumentos de coleta, resultados, participantes, principais resultados e conclusão (Galvão & Pansani, 2015).

Na última etapa, foram relacionadas as conclusões/recomendações dos estudos. Os demais pontos informados foram classificados, resumidos e analisados com o objetivo de identificar como se desenvolvem as pesquisas sobre a valorização dos povos africanos nas escolas do campo. Dos 139 trabalhos científicos analisados, que atenderam aos descritores selecionados, além dos 8 registros identificados em outros sites de buscas, constatou-se que 19 abordavam a temática da Lei Federal n. 10.639/2003 e educação do campo, de forma direta e/ou indireta (Figura 2). Após uma cauterização, os estudos incluídos na revisão foram categorizados e analisados objetivos, delineamentos metodológicos, participantes, instrumentos de coletas, principais resultados e principais conclusões.

Figura 2 – Fluxograma PRISMA da revisão sistemática.



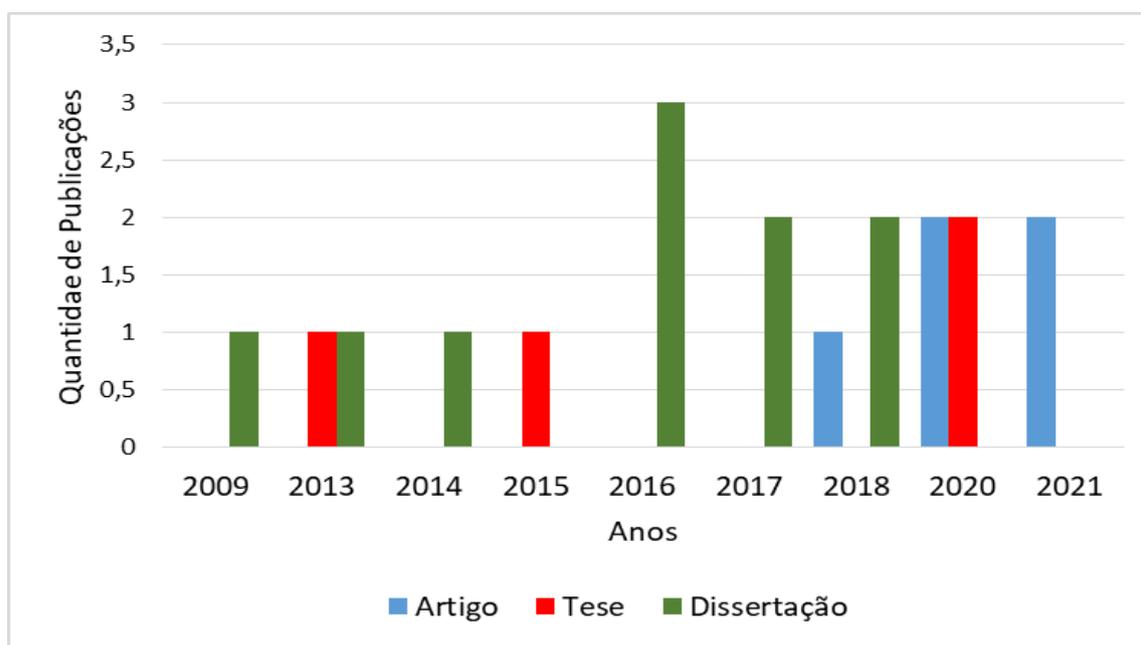
Fonte: Elaborada pela autora.

Caracterização dos Estudos

A amostra dos estudos selecionados para a revisão foi analisada por ano de publicação. Buscamos todas as produções de 2004 a 2021, contudo, aquelas que atenderam aos critérios foram do período de 2009 a 2021. Dos 19 trabalhos analisados, que atenderam aos critérios de inclusão, destaque para os anos de 2020, com quatro, e 2016 e 2018, com três publicações cada, conforme detalhado na Figura 3. Os estudos foram classificados por tese, dissertação e artigos publicados em periódicos revisados por pares.

As revistas que apresentam artigos selecionados para a análise são: Revista Brasileira de Educação do Campo (RBEC), Ateliê Geográfico, OKARA: Geografia em debate, Revista Educação e Cultura Contemporânea e Researchgate. Vale salientar que a maioria das revistas e dos periódicos não está vinculada à base de dados como SCOPUS, Web of Science e outros. Talvez haja possibilidades futuras a realização de uma busca específica no sistema Qualis Capes (QC) de avaliação de periódicos para selecionar outros artigos.

Figura 3 – Número de estudos sobre a educação do campo e as relações étnico-raciais. Anos 2009 – 2021.



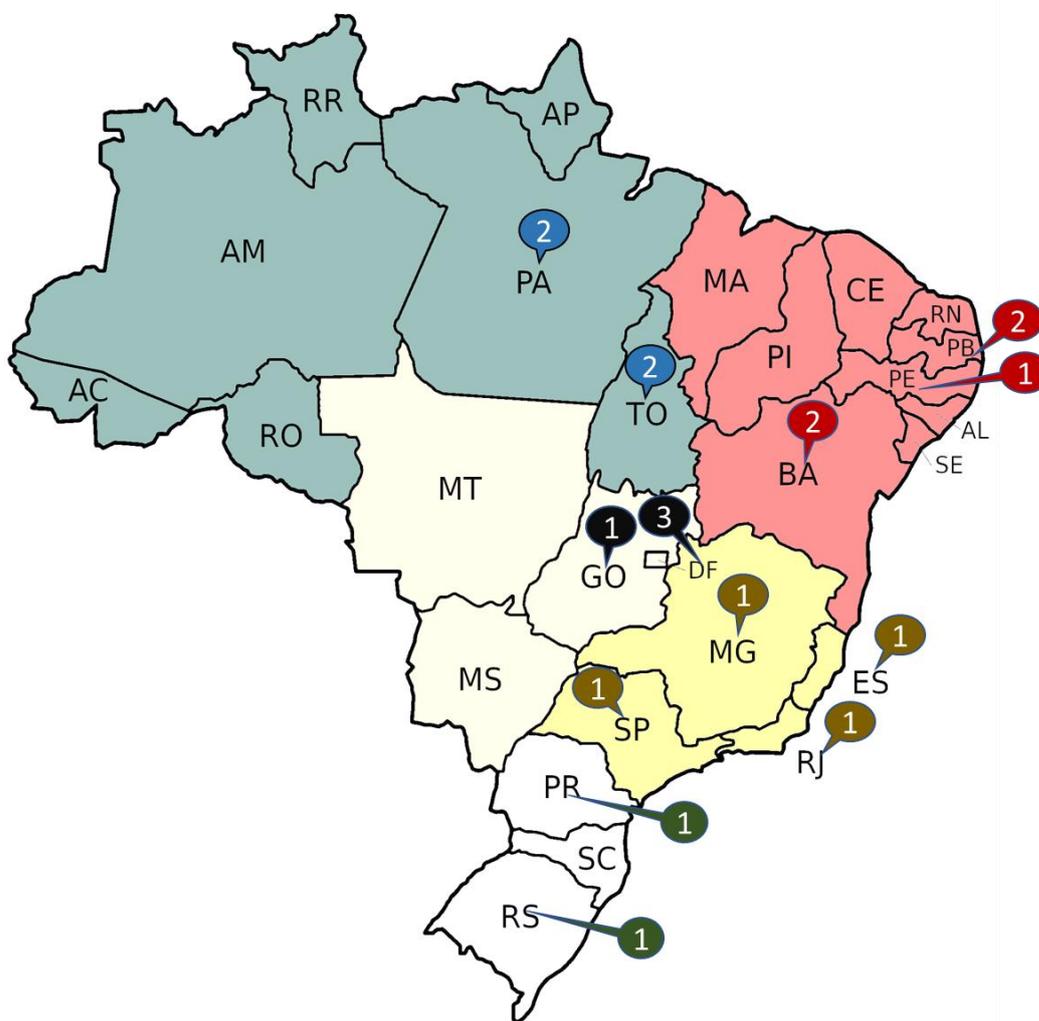
Fonte: Elaborada pela autora.

Nos artigos pesquisados, percebe-se uma tendência de trabalhos com parcerias, pois, dos cinco artigos selecionados, três (60%) foram publicados com dois ou mais autores. Ao

analisar o currículo lattes dos pesquisadores, constatou-se que a maioria tinha como linha de pesquisa e projetos a temática da educação do campo ou relações étnico-raciais, além de haver cooperação de outros autores que têm vínculo em outras universidades.

Com relação às publicações por regiões, nota-se que a região Nordeste é a que prevalece com maior número de trabalhos (5), e a região Sul com o menor número, apenas 2, as demais regiões possuem 4. Esse quantitativo pode estar associado ao fato de a região Sul possuir a menor população negra do país, com 20,7% (IBGE, 2010), (Figura 4).

Figura 4 - Publicação por região nacional no período de 2009 a 2021. Os números indicam quantidade de trabalhos publicados, de teses, dissertações e periódicos.



Fonte: Elaborada pela autora.

Quanto à formação acadêmica dos autores e a instituição de ensino, foi considerada a primeira graduação, pois alguns possuem mais de uma, como apresenta o quadro abaixo com a área de formação e a universidade.

Tabela 1 - Formação acadêmica dos autores.

Área de Formação dos Autores	Quantidade	Instituição
Pedagogia	6	Universidade Federal do Maranhão
		UFMA
		Universidade Estadual de Montes Claros
		UNIMONTES
		Universidade do Estado da Bahia
		UNEB
Letras	4	Universidade Federal do Pará
		UFPA
		Universidade Federal do Acre
		UFAC
Geografia	3	Universidade Federal do Pará
		UFPA
		Universidade Federal do Paraná - <i>Campus</i> Toledo
Ciências Sociais	2	UFPR
		Universidade Federal do Rio Grande do Sul
		UFRGS
Ciências Biológicas	1	Universidade Estadual do Tocantins
		UNITINS
História	1	Universidade Estadual do Tocantins
		UNITINS
Dança	1	Universidade Federal do Maranhão
		UFMA
Educação do Campo	1	Universidade Federal do Maranhão
		UFMA
Filosofia	1	Universidade Estadual Paulista
		UNESP
Teologia	1	Universidade Federal do Pará
		UFPA
		Universidade Federal de Pernambuco
		UFPE
		Universidade Estadual Paulista
		UNESP
		Faculdade Porto-Alegrense
		FAPA
		Universidade Federal do Rio Grande do Sul
		UFRGS
		Universidade de Brasília
		UnB
		Universidade Estadual de Santa Cruz
		UESC
		Instituto Superior de Teologia e Pastoral de Bonfim
		ISTEPAB

Comunicação	1	Universidade Espírito Santo	Federal	do	UFES
Direito	1	Universidade Paraíba	Federal	da	UFPB

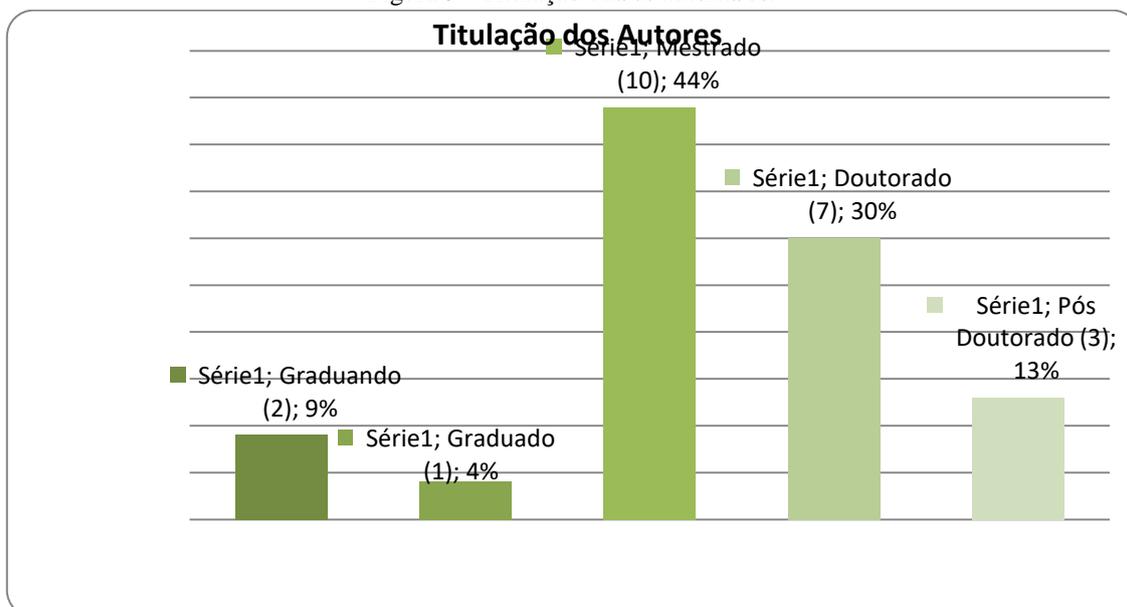
Fonte: Elaborado pela autora.

Os 19 trabalhos investigados contam com o total de 23 pesquisadoras/es. Em levantamento no currículo lattes dos autores, constatou-se que a formação acadêmica em pedagogia é a que teve maior número (6), seguido de letras (4), geografia (3), ciências sociais (2) e o restante (8), com apenas uma área cada, sendo predominante cursos de humanidades.

Ainda em relação à formação inicial das/os pesquisadoras/es, a busca revela que 7 formaram em universidades localizadas na região Nordeste (UFMA – 3 e demais – 4), 6 na região Norte (UFPA – 3, UNITINS – 2 e UFAC – 1), na região Centro-Oeste apenas 1 estudou na UNB, na região Sudeste foram 4 (UNESP – 2), as/os outras/os na UNIMONTE e TOLEDO, a região Sul apresentou 5 pesquisadoras/es (UFRGS – 2 e demais – 3).

Quanto à titulação das/os autoras/es dos periódicos, das teses e das dissertações, foi interessante perceber que um dos artigos foi publicado por autores ainda na formação inicial à docência, sendo 2 graduandos em Geografia e 1 com graduação em Pedagogia da Terra, sendo que foi o único trabalho com 3 autores. A maioria tem mestrado (10), seguido de doutorado (7), pós-doutorado (3), conforme descrito na Figura 5.

Figura 5 - Titulação das/os autoras/es.



Fonte: Elaborada pela autora.

As palavras-chave e/ou descritores são importantes porque sintetizam o trabalho, trazem um resumo dos principais termos que representam o tema abordado (Serra Negra, 2004; Gonçalves, 2021). Na Figura 6, estão representadas as palavras-chave dos 19 trabalhos levantados.

Figura 6 - Principais palavras-chave sobre educação do campo e relações étnico-raciais. O tamanho das palavras-chave é proporcional à sua frequência.



Fonte: Elaborada pela autora.

As palavras mais frequentes foram educação do campo (6); relações étnico-raciais (4); educação (3); escola do campo (3); Lei 10.639/2003 (3); educação das relações étnico-raciais (2); cultura (2); resistência (2); identidades (2); educação antirracista (2); movimentos sociais (2); políticas curriculares (2). Observa-se que todas as palavras-chave estão de acordo com o que orientam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Delineamentos Metodológicos

A verificação dos métodos/instrumentos de coleta dos dados teve a finalidade de identificar quais os métodos de pesquisa foram mais utilizados pelos autores. Na análise, constatou-se que todas as pesquisas utilizaram o método qualitativo. Com relação aos

instrumentos de coleta, verificou-se que os pesquisadores usaram abordagens variadas para obtenção dos dados, sobressaindo às entrevistas estruturadas/semiestruturadas (13), entrevista informal (2), observação (6), análise documental (5), estudo de caso (3), estudos etnográficos (3), diário de campo (2), revisão bibliográfica (2), roda de conversa (2). Na Figura 7, encontram-se os principais instrumentos.

Figura 7 - Principais instrumentos utilizados nas pesquisas sobre educação do campo e relações étnico-raciais.



Fonte: Elaborada pela autora.

As pesquisas sobre educação para as relações étnico-raciais nas escolas do campo

Os principais resultados das pesquisas sobre educação para as relações étnico-raciais nas escolas do campo podem ser observados no Quadro 2.

Tabela 2 - Síntese dos trabalhos.

Ano	Autor	Título	Participantes: identificar	Principais resultados
2021	Valéria da Cruz Viana Labrea; Daisy Regina de Souza Reis	Quando rezo é canto, quando canto é rezo: trajetória educativa de um Coletivo de Cantantes e Brincantes na Educação do Campo Kilombola	Coletivo de pesquisadoras e pesquisadores quilombolas OKARAN, composto por membros da CoMPaz e educandos da EduCampo.	Um Cancioneiro apresentado em diferentes espaços educativos durante três anos, organização de oficinas com temas relacionados à educação para as relações étnico-raciais, educação do campo e educação quilombola.
2021	Rosemberg Ferracini	Aprendendo com saúde, ensinando sem doença e equidade racial	1 representante da diretoria, 1 coordenadora geral do hospital, 1 fundador dos Tambores do Tocantins.	As atividades da ONG COMSAÚDE ocorrem em escolas, creches, hospitais e postos de saúde, amarrando educação e nutrição desde a criação.
2020	Nelzir Martins Costa	Literatura e as relações étnico-raciais na escola: uma experiência de letramento literário em comunidades quilombolas	Estudantes dos 8º e 9º anos (Fulgêncio Nunes), 3º e 4º período do 2º segmento da EJA (Malhadinha). Professores de LP e Cultura Quilombola.	As intervenções pedagógicas foram significativas para incentivar o gosto pela leitura literária afro-brasileira, discussões sobre as obras, motivação para a leitura. Discussões sobre a identidade e a cultura negra e a importância da afirmação da população negra e das comunidades tradicionais quilombolas.
2020	Priscila Silveira de Oliveira	Cultura, poder e meio ambiente: sociologia dos trânsitos identitários de uma comunidade rural	22 moradores e 2 moradores do bairro vizinho Roseira.	Foi possível compreender uma comunidade que se reconhece a partir da noção de rural socioambiental e que emerge atrelada a um fenômeno social brasileiro a princípio urbano, condomínio residencial fechado.
2020	Ana Beatriz Rocha	A educação do campo como forma de	1 moradora da comunidade quilombola de Santa Rosa dos Pretos.	Os métodos utilizados na escola local ainda eram os tradicionais urbanocentristas.

	Moreno; Alice Amum Barbosa de Melo; João Vitor Carvalho Figueiredo.	resistência e combate ao êxodo rural no Brasil		
2020	Ana Cristina Nascimento Givigi	Mulheres do candomblé e suas lutas ontológicas: Caxuté, um terreiro camponês e a educação	Mulheres do candomblé.	O projeto de educação do Caxuté representa a luta de mulheres por território, cultura, tradição, pela defesa da vida e do bem viver. Tem a terra como central para sua cosmologia, interligando a educação do campo e a luta pela terra.
2018	Cícero da Silva; Adair Vieira Gonçalves	A etnografia e suas contribuições para o desenvolvimento de uma pesquisa no contexto de ensino da pedagogia da alternância	Monitores e estudantes.	O estudo mostra que a formação dos estudantes possibilita desenvolver capacidades de linguagem a partir dos usos sociais da escrita na escola e na comunidade.
2018	Lara Luisa Silva Gomes Franco	Educação quilombola, resistência e empoderamento: estudo na comunidade quilombola de São Domingos, em Paracatu (MG)	Vivência em campo envolveu todos os sujeitos da comunidade, entre os quais, duas entrevistadas.	Evidenciam lacunas entre o consenso jurídico em torno das questões raciais e a materialização das conquistas na prática; apontam a resistência quilombola na luta por direitos à escolarização, terras, sobrevivência e por um futuro melhor; evidenciam o papel da história oral, da cultura e da ancestralidade no âmbito da organização comunitária, como também salientam alguns

- 2018 Queina Lima da Silva Educação do campo e luta pela terra no contexto Matopiba: um estudo de caso sobre o acampamento Zequinha Barreto, no oeste baiano (37), Moradores da comunidade (37), Coordenador da Agência de desenvolvimento (1), professor da Universidade Federal do Oeste Baiano (1) e docente que atuou na escola da comunidade (1).
 As agroestratégias potencializadas pela fronteira agrícola do Matopiba têm imprimido mudanças substanciais às dinâmicas social e espacial do município de Barreiras, o que se observa pelo flagrante aumento das desigualdades sociais e pelos impactos socioambientais – muitos deles irreversíveis, como é o caso da diminuição das reservas hídricas e a extinção de espécies da fauna e flora do Cerrado.
- 2017 Emanuel Vieira Assis de Liberdade, liberdade! A luta da população negra em queimado perspectivas libertárias para o ensino em relações étnico-raciais
 Duas turmas de 8º ano do Ensino Fundamental do turno vespertino da EMEF, professor de filosofia e ciências sociais.
 A pesquisa foi capaz de alcançar o objetivo específico de pensar modos de discutir possibilidades de uma educação antirracista a partir do referencial teórico proposto aplicando a Lei n. 10.639/2003.
- 2017 Heloísa Marinho Cunha A garantia dos direitos humanos e a interface com a educação para as relações étnico-raciais: uma prática na Escola Quilombola Antônio do Socorro Silva Machado
 1 Diretor adjunto, 1 Diretor de Gestão Curricular da Secretaria Municipal de Educação, 1 Coordenador do Curso de Formação Continuada, 1 professor de história, 1 professor polivalente, 1 professor de literatura.
 Constatou-se que as conquistas das políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade racial no âmbito educacional são decorrentes do processo de luta histórica do movimento negro e quilombola no Brasil que exigiram a inclusão dessa temática na agenda social do Governo Federal brasileiro.

2016	Pedro Henrique Gomes Xavier	Matrizes formativas e organização pedagógica: contradições na transição da escola rural para escola do campo	1 coordenadora da escola, 2 líderes comunitários, 1 educador, 2 educadoras, 1 servidora.	A pesquisa levou a compreender que as matrizes formativas da educação do campo são extremamente necessárias na escola do campo.
2016	Ana Keuria Mercês Araújo	“Aqui na escola não mudou em nada nosso cotidiano, tudo é como antes”: um estudo sobre a prática pedagógica dos professores após a implementação da Lei 10.639/03 na escola do campo do Patauá na Amazônia paraense.	Coordenação (1), gestor (1), professores (6), pais (2) e alunos (2).	A temática étnico-racial na escola ainda é tratada a partir da individualidade de cada professor. É uma temática silenciada pela maioria dos informantes.
2016	Antônio José de Souza	Identidades e cultura afro-brasileira na docência da roça: documento de referência para educação básica	Professores (6).	Revelou relutância, hesitação e despreparo dos/as docentes da roça em cumprir a Lei n. 10.639/2003.
2015	Francisca Adma de Oliveira Martins	A construção da identidade formativa e profissional do professor na escola rural ribeirinha do vale do Juruá: a pedagogia das águas.	Professores (11), Coordenadores (2) e equipe gestora da SEMED	A escola do campo, na perspectiva da construção social, não atende em sua totalidade às necessidades formativas profissionais dos professores. As precárias condições de formação e trabalho e a construção identitária formativa e profissional dos sujeitos se fazem a partir da

escola que se mantém em um espaço geográfico diferenciado, tido como de difícil acesso.

Coordenadores (2) equipe gestora da SEMED.

2014	Joelson Alves Onofre	A Lei 10.639/03 e seus desdobramentos em uma escola quilombola	3 professores da equipe gestora (diretora, vice-diretora, coordenadora pedagógica).	Muito há de ser feito para implementação da Lei no currículo e nas práticas cotidianas da escola. Para isso acontecer, faz-se necessária uma gestão atuante, democrática e participativa.
2013	Paulo Sérgio Da Silva	Contornos pedagógicos de uma educação escolar quilombola	Representantes de comunidades quilombolas (8).	Além da escola da comunidade, os estudantes também buscam sua formação na escola do município, os alunos estabelecem assim distintas formas de socialização entre o campo e a cidade. A formação escolar tradicional, em geral, orienta os estudantes para uma vida direcionada à cultura urbana, o que resulta no retorno dos jovens para o meio rural.
2013	Michele Guerreiro Ferreira	Sentidos da educação das relações étnico-raciais nas práticas curriculares de professore(a)s de escolas localizadas no meio rural	Professore(a)s de duas escolas do campo de Caruaru – PE.	As práticas curriculares do(a)s professore(a)s são permanentemente tensionadas. A herança colonial ainda exerce grande força nos conflitos colonialidade/descolonialidade.
2009	Leila de Lima Magalhães	O campo tem cor? Presença/ausência do negro no currículo da	20 militantes do MST.	A formação ideológica pelo currículo hegemônico de que no meio rural, o negro só conseguiu espaço no quilombo, por mais que a diversidade étnico-

educação do campo no
Pará.

racial se manifeste nos documentos, ainda se mantém a exclusão das discussões no âmbito do Fórum Permanente de Educação do Campo, Fórum Paraense de Educação do Campo pelo fato de não enfrentar o racismo e a discriminação racial.

Fonte: elaborada pelos(as) autores(as).

Com base na síntese dos resultados apresentados no Quadro 2, os estudos abordaram os seguintes temas: práticas curriculares e pedagógicas na implementação da Lei n. 10.639/2003 (12), a escola e a luta pela terra (4) e cultura e identidade do povo camponês (3).

Práticas curriculares e pedagógicas na implementação da Lei n. 10.639/2003

A alteração da Lei n 9.394/1996 por meio da inserção dos artigos 26-A e 79-B, referidos na Lei n. 10.639/2003 foi um marco importante, pois simboliza a conquista do movimento negro na luta antirracista, pois é um caminho fundamental para ressignificação do currículo escolar e para as práticas pedagógicas antirracistas e intelectuais (Gonçalves, 2019). Os 12 trabalhos científicos que abordaram as práticas curriculares e pedagógicas para implementação da Lei n. 10.639/2003 priorizaram a escola do campo como um espaço essencial no combate ao racismo e à discriminação racial (Ferracini, 2021; Costa, 2020; Franco, 2018; Assis, 2017; Cunha, 2017; Xavier, 2016; Araújo, 2016; Souza, 2016; Onofre, 2014; Silva, 2013; Ferreira, 2013; Magalhães, 2009).

Ferracini (2021), ao estudar a atuação da Organização Não Governamental ONG COMSAÚDE (Comunidade de Saúde, Desenvolvimento e Educação), nos diferentes espaços em que atua, inclusive em uma Escola Família Agrícola, concluiu que todos os atores envolvidos “articulam um conjunto de reparações em prol da equidade racial, reunindo movimentos sociais, profissionais da saúde, professores e artistas” (Ferracini, 2021, p.1). Dessa maneira, pode-se afirmar que a efetivação da Lei não diz respeito somente à escola ou a professoras/res, mas a toda comunidade escolar juntamente com seus parceiros. Sendo assim, a escola é a principal responsável em fazer essa articulação. Convém ressaltar que essa discussão não deve ser somente direcionada a professores e militantes dos movimentos negros, mas é um dever de toda a sociedade, o de promover momentos de reflexões e criar estratégias de combate ao racismo.

Costa (2020) verificou, em seus estudos, como a leitura literária de obras com temáticas afro-brasileiras podem contribuir com as discussões étnico-raciais e o empoderamento da cultura e identidade negra na escola a partir da leitura de livros selecionados pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE, 2013). Foi realizada uma pesquisa-ação colaborativa em duas escolas localizadas em comunidades quilombolas do

estado do Tocantins: Escola Municipal Rural Malhadinha, na Comunidade Quilombola Malhadinha (Brejinho de Nazaré - TO), e Colégio Estadual Fulgêncio Nunes (Chapada da Natividade - TO). A autora enfatiza a relevância de se desenvolver no aluno o gosto pela leitura, além de formar leitores capazes de refletir sobre o mundo, favorecendo a formação de sujeitos críticos e empoderados.

Outros quatro estudos tratam de pesquisas sobre educação escolar quilombola (Franco, 2018; Cunha, 2017; Onofre, 2014; Silva, 2013). Em geral, eles apontam a importância da formação de professores e a necessidade de as universidades contribuírem com o processo de justiça social e a ampliação dos direitos das comunidades quilombolas, entre eles, a educação escolar. Conforme os autores, a educação escolar quilombola foi construída na escola por meio do desenvolvimento e do empenho de toda a comunidade escolar, principalmente do corpo docente.

Os pesquisadores enfatizam também que as conquistas das políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade racial no âmbito educacional são decorrentes do processo de luta histórica do movimento negro e quilombola no Brasil que exigiram a inclusão dessa temática na agenda social do Governo Federal brasileiro. As pesquisas evidenciam a necessidade para novos trabalhos que tragam a questão da Lei e sua implementação nas instituições de ensino, possibilitando, assim, reflexões a partir de uma educação antirracista que valorize as diferenças como elemento enriquecedor e que valorize a ancestralidade.

Franco (2018) chama a atenção dos pesquisadores negros brasileiros na interpretação do contexto social da população afro-brasileira e para a efetivação de políticas sociais educacionais. Onofre (2014) relata que, para implementação da Lei no currículo e nas práticas cotidianas, muito há de ser feito. Para que mudanças possam ser efetivadas, faz-se necessária uma gestão atuante, democrática e participativa. Souza (2016) citou os pontos a serem melhorados na prática escolar para cumprimento da Lei Federal. Foram mencionados a insegurança e o despreparo do corpo docente para trabalhar o conteúdo programático, que se trata do “estudo da História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil” (Brasil, 2003).

Araújo (2016) reforça que a existência da Lei não garante sua efetivação, pois se necessita de envolvimento de diversos sujeitos no processo educacional, como gestor,

professor, pais e alunos, a fim de que se promova uma verdadeira educação antirracista. De acordo com a autora, a temática étnico-racial ainda é tratada a partir da individualidade de cada professor, é silenciada pela maioria, revelando que não possui uma prática efetiva para atender os artigos descritos na Lei. Ela enfatiza que não é culpa dos professores, por não serem conhecedores do teor da Lei. Os participantes da pesquisa reconheceram que, na escola do campo, promovem a reflexão sobre a semana da consciência negra, mas que não desenvolvem atividades voltadas para essa prática, sequer na semana da consciência negra. Há ações pedagógicas dos professores dentro de suas salas, que não passam de um dia ou um momento.

Para Xavier (2016) e Araújo (2016), há necessidade da/do professora/or conhecer a educação do campo, suas lutas e conquistas. Ela/e deve entender que a escola surge a partir de uma mobilização do movimento pela educação do campo, assim como conhecer o público camponês que está inserido nesse processo de luta. As práticas pedagógicas para a concretização de uma educação do campo, como a efetivação da Lei n. 10.639, envolvem o conhecimento e o envolvimento das matrizes que a formam (Araújo, 2016). As pautas raciais devem ser abordadas no dia a dia da escola, é necessário romper com conceitos, paradigmas que reforçam os saberes eurocêntricos, minimizam e apagam as demais civilizações que formaram a nação brasileira (Xavier, 2016).

Ainda no que concerne às estratégias pedagógicas para aplicação da Lei n. 10.639, Assis (2017) pesquisou o resgate histórico de uma comunidade (Queimados – ES), que é símbolo da resistência da população negra local. Foi desenvolvida uma aula campo com estudantes do Ensino Fundamental, resultando num material (livro), cuja prática foi validada por alunos e professores e serviu de referência na discussão da educação antirracista na escola. Magalhães (2009) traz o questionamento em seu trabalho “O campo tem cor?”, a fim refletir sobre a presença e a ausência do negro no currículo da educação do campo no estado do Pará. A pesquisadora alerta que, por mais que apareçam os termos cor/raça nos documentos, eles não são materializados na perspectiva de reeducar para equidade racial, portanto, segundo a autora, a Lei n. 10.639/2003 deve ser encarada como política pública.

A escola e a luta pela terra

Esta categoria inclui os estudos que se desenvolveram no contexto da luta pela terra em que as escolas estavam inseridas. Os conflitos agrários atingem os alunos das escolas do

campo de maneira direta e indireta, como relatado pelo estudo de Oliveira (2020). A autora buscou contribuir com as novas realidades e a identidade que se configuram nas tensões agrárias, servindo de críticas as práticas discursivas em torno da questão ambiental e da sustentabilidade. A pesquisa buscou compreender as diferentes narrativas identitárias dos moradores de uma comunidade rural e como se organizam as relações de poder. A escola apresenta uma realidade atípica da maioria das instituições de ensino do campo brasileiras, pois a maioria da população é de pessoas brancas e com uma pedagogia alternativa de origem europeia para classe média alta. Além disso, o estudo mostrou a especulação imobiliária, que desperta o desejo dos que veem no campo um lugar próximo à natureza e daqueles que trabalham e vivem diretamente da terra. Nesse caso, a escola rural em estudo reflete uma realidade voltada para os privilégios de uma classe social que se formou a partir de padrões europeus que determinam quem pertence ao respectivo espaço, como lembra Fanon (1968).

No modelo neoliberal, tal fenômeno foi compreendido como um campo em disputa, pelo qual a escola é um mediador das tensões e das ameaças aos direitos fundamentais dos estudantes e das suas famílias.

Diante desse cenário, Moreno et al. (2020) analisaram, em seu estudo, não somente a importância da educação do campo, mas também seu processo de construção e, principalmente, os impactos que a ausência dessa construção tem na continuidade das comunidades do campo. Enfatizaram que a educação do campo é de suma importância para a construção dos processos de resistências, destacaram o papel fundamental que as comunidades desempenham na elaboração de um ensino específico para o meio rural adaptado às suas próprias realidades para evitar, assim, a evasão escolar e o êxodo rural. A pesquisa concluiu que é preciso defender a educação do campo como forma de resistência e entender o quão imprescindível é a formação dos alunos do meio rural em uma escola do campo, já que esta conhece a realidade da comunidade e garante assim a manutenção da vida no campo.

No que concerne às mulheres, Givigi (2020) estudou, por exemplo, a luta de praticantes do candomblé por território, cultura, tradição, pela defesa da vida e do bem viver. As participantes tinham a terra como central para sua cosmologia, interligada à educação do campo e à luta pela terra. Elas dialogam com as práticas agroecológicas, de princípios educativos relacionados com a educação do campo e levam a reflexão sobre o que os povos do campo têm a dizer. Os participantes da pesquisa relataram sua relação com a terra a partir

de sua vivência nos terreiros de candomblé, a ascensão de sua negritude por meio do feminismo e empoderamento negro como prática de resgate de sua ancestralidade e da relação não capitalista no território.

Silva (2018) observou, em seu estudo, como o avanço da fronteira agrícola do Matopiba em Barreiras - BA aumentou as desigualdades sociais e os impactos socioambientais. O autor destacou a diminuição das reservas hídricas e a extinção de espécies da fauna e da flora. A pesquisou enfatizou que é na escola onde se aprende e se ensina a ler as palavras e o mundo. No campo, a lida com a terra e a sua função social convertem-se em temas geradores que animam o ato de aprender e de ensinar, sendo um lugar de encontro comunitário, das festividades e da mobilização política para que a comunidade se torne visível para o Estado.

Cultura e identidade do povo camponês

Esta categoria inclui os estudos desenvolvidos nas escolas do campo que aprofundaram sobre aspectos culturais e identitários. A pesquisa de Labrea e Reis (2021) teve por objetivo descrição e análise de uma pesquisa cartográfica de construção de um cancionário de rezos entoados no terreiro em louvação aos Orixás. Foram desenvolvidos oficinas e debates para reflexões críticas na universidade e em escolas em relação à temática abordada, a fim de desconstruir narrativas e estereótipos. Para isso, foram fomentadas discussões sobre educação das relações étnico-raciais nessas instituições de ensino e abordadas a história e cultura afro-brasileira e a valorização da cultura e da identidade dos povos originários conforme prescrito nas Leis n. 10.639/2003 e n. 11.645/2008.

O estudo contribuiu para dar visibilidade a uma proposta de educar pela mobilização social, pela cultura e pela história. Foram reveladas potencialidades, contribuições, articulações, alcances, desafios, limites e tensões que a produção de um conhecimento crítico sobre o quilombo pode visibilizar. Além disso, apontou-se a falta de formação das/os futuras/os educadoras/es no ambiente acadêmico para a materialização das Leis no ambiente escolar.

Silva e Gonçalves (2018) desenvolveram um estudo em uma escola rural que adota a Pedagogia da Alternância. O objetivo foi estabelecer relação estreita entre a etnografia e suas contribuições para o desenvolvimento da pesquisa na área de estudos da linguagem, focalizando práticas de letramento orientadas pelos princípios da alternância em uma Escola

Família Agrícola (EFA). Os resultados indicaram que a formação dos estudantes possibilita desenvolver capacidades de linguagem a partir dos usos sociais da escrita na escola e na comunidade. Os resultados também apontaram que as práticas e os eventos de letramento evidenciados na pesquisa transcendem aquilo que a escola conservadora propõe a ensinar em termos de letramento; não é uma formação reduzida à escrita por si mesma. Além da interação com o monitor (formador), os estudantes interagem com os atores sociais da comunidade local, reforçando que a formação proposta não se limita ao desenvolvimento apenas do letramento autônomo (Silva & Gonçalves, 2018).

Martins (2015) analisou que a escola do campo, na perspectiva da construção social, não atende em sua totalidade às necessidades formativas profissionais dos professores. As condições precárias de formação e de trabalho e a construção identitária formativa e profissional se fazem a partir da escola que se mantém no lugar tido como de difícil acesso. Diante disso, há necessidade de projetos de melhorias de acesso e permanência do aluno na escola rural ribeirinha.

Considerações finais

O objetivo deste estudo foi revisar trabalhos científicos de como se desenvolveram as pesquisas sobre a valorização dos povos africanos nas escolas do campo, a fim de verificar a aplicabilidade da Lei n. 10.639/2003. A proposta inicial era selecionar os estudos mais recentes, contudo, com a dificuldade de encontrá-los nas bases de dados selecionadas, ampliamos o período, o que levou a pesquisarmos, além de artigos científicos, dissertações e teses. O resultado foi um total de 19 trabalhos publicados entre 2009 e 2021.

Embora apresente uma tendência de crescimento de pesquisas com essa temática, os dados nos confirmam o silenciamento nas instituições de ensino, o que se configura uma lacuna nas discussões do racismo institucional e estrutural presente em nossa sociedade. Este estudo de revisão sistemática é original no que concerne ao delineamento adotado do protocolo PRISMA, apesar de existirem outras revisões documentais baseadas em estudos não empíricos. Em suma, os resultados e as lacunas identificados até agora fazem referência à falta de pesquisas que façam uma análise mais crítica da valorização dos povos africanos nas escolas do campo, a fim de verificar a aplicabilidade da Lei n. 10.639/2003. O que se identifica, na maioria dos casos, é uma análise bibliográfica e documental sobre o tema ou ações pontuais em datas comemorativas.

Essa revisão trouxe também várias reflexões, maneiras, exemplos de como fazer na prática do cotidiano da escola para que as ações não fiquem apenas no dia 13 de maio ou 20 de novembro, mas que apareçam no Projeto Político Pedagógico das instituições. Além do currículo prescritivo, há necessidade de que haja ações concretas durante todo ano letivo, nas diferentes áreas de ensino. É fundamental que vá além das paredes da sala de aula e do espaço escolar para as comunidades, como: resgate da história, ancestralidade, cultura, tradições, oralidade, educação popular, cantos e rezo dos terreiros, movimento negro, movimento da educação do campo e resistência quilombola.

As pesquisas indicam a necessidade de a escola do campo oferecer formação continuada aos professores, criar espaços de debates e reflexões. Outra questão é o reduzido número de pesquisas desenvolvidas nas escolas do campo, no que concerne às evidências da efetivação da Lei n. 10.639, em comparação com outros temas como: livro didático, religiosidade, formação de professor, ensino superior e aplicação da Lei em escolas urbanas, como observado durante as buscas nas bases de dados para a revisão sistemática da literatura.

Quase completados 19 anos da homologação da Lei Federal, percebemos que há um apagamento da história de luta na conquista dessa política pública, tão importante para pensar estratégias de combate ao racismo. A partir dos levantamentos dos trabalhos dos autores que estudaram esse tema, os estudos revelam que a concretização da Lei não pode ficar apenas a cargo das escolas, na figura da/o professora/or, mas de toda comunidade escolar, não apenas as instituições de ensino, mas da sociedade como um todo.

Para futuras pesquisas, sugerem-se atualizações periódicas dos dados deste estudo, a fim de verificarmos evolução na aplicação da Lei nas escolas do campo. Da mesma maneira, sugere-se também a realização de pesquisas comparativas com países da América Latina, a partir das estratégias de promoção ao respeito, proteção e concretização dos direitos humanos e liberdade fundamentais da população afrodescendente adotadas pelos países.

Referências

Almeida, S. L. (2018). *O que é racismo estrutural?* Letramento.

Araújo, A. K. M. (2016). *“Aqui na escola não mudou em nada nosso cotidiano, tudo é como antes”*: um estudo sobre a prática pedagógica dos professores após a implementação da Lei 10.639/03 na escola do campo do Patauí na Amazônia paraense (Dissertação de Mestrado).

Universidade Federal do Pará, Belém.
http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPA_ecdd2d035750ee578532ea6fd394b2d6/www.ibict.br

Assis, E. V. (2017). *Liberdade, liberdade! A luta da população negra em Queimado: perspectivas libertárias para o ensino em relações étnico-raciais* (Dissertação de Mestrado). Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória.
<https://repositorio.ifes.edu.br/handle/123456789/562>

Brasil. (2003). *Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Altera a lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”.

COMSAÚDE - Comunidade de Saúde, Desenvolvimento e Educação. <https://comsaude-to.com.br>.

Costa, N. M. (2020). *Literatura e as relações étnico-raciais na escola: uma experiência de letramento literário em comunidades quilombolas* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Tocantins, Palmas. <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/2973>

Cunha, H. M. (2017). *A garantia dos direitos humanos e a interface com a educação para as relações étnico-raciais: uma prática na escola quilombola Antônio do Socorro Silva Machado* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. <https://repositorio.ufpb.br/handle/123456789/11818>

Escola Família Agrícola de Porto Nacional – TO. (2021). *Projeto Político Pedagógico*.

Fernandes, F. (2014). *A integração do negro na sociedade de classes: no limiar de uma nova era*. Biblioteca Azul.

Ferracini, R. A. L. (2021). Aprendendo com saúde, ensinando sem doença e equidade racial. *Revista Ateliê Geográfico*, 15(1), 206-224.

Ferreira, M. G. (2013). *Sentidos da educação das relações étnico-raciais nas práticas curriculares de professore(a)s de escolas localizadas no meio rural* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, Recife. <https://abpn.org.br/>

Franco, L. L. S. G. (2018). *Educação quilombola, resistência e empoderamento: estudo na comunidade quilombola de São Domingos em Paracatu (MG)* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. <https://abpn.org.br/>

Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa*. Paz e Terra.

Freire, P. (2015). *Pedagogia do oprimido*. Paz e Terra.

Galvão, M. C. B., & Ricarte, I. L. M. (2020). Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. *Revista Logeion, filosofia da informação*, (6), 57-73.

Galvão, T. F., & Pansani, T. S. A. (2015). Principais itens para relatar revisões sistemáticas e meta-análises: a recomendação PRISMA. <https://www.scielo.br/j/ress/a/TL99XM6YPx3Z4rxn5WmCNCf/?format=pdf>

Givigi, A. C. N. (2020). Mulheres do candomblé e suas lutas ontológicas: Caxuté, um terreiro camponês e a educação. *Revista Educação e Cultura Contemporânea*, (17), 450-470.

Gomes, N. L. (2005). Educação e relações sociais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In MUNANGA, K. (Org.). *Superando o racismo na escola* (pp. 143-155). Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (MEC/SECAD).

Gonçalves, J. R. (2021). *Manual de artigo de revisão de literatura*. Processus.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2018). *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil*. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html>

Jesus, C. M. (2007). *Quarto de despejo*. Ática.

Labrea, V. V., & Reis, D. R. S. (2021). Quando rezo é canto, quando canto é rezo: trajetória educativa de um coletivo de cantantes e brincantes na educação do campo kilombola. *Revista Brasileira de Educação do Campo – RBEC*, 6(9057), 1-23.

Lima, M. S. B., & Moreira, É. V. *Caderno prudentino de geografia: a pesquisa qualitativa em Geografia*. <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/4708>

Lima, S. Q. (2018). *Educação do campo e luta pela terra no contexto MATOPIBA: um estudo de caso sobre o acampamento Zequinha Barreto, no oeste baiano* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília, Brasília. https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB_e856a6d6e29f92d82002df573f2bcfb1

Magalhães, L. L. (2009). *O campo tem cor? Presença/ausência do negro no currículo da educação do campo no Pará* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Pará, Belém. <http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/2683>

Martins, F. A. O. (2015). *A construção da identidade formativa e profissional do professor na escola rural ribeirinha do vale do Juruá: a pedagogia das águas* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba. <https://www.escavador.com/sobre/5030165>

Ministério da Educação. (2018). *Base Nacional Comum Curricular*.

Ministério da Educação. (2004). *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*.

Ministério da Educação. (2006). *Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais*.

Moreno, A. B. R., Melo, A. A. B., & Figueiredo, J. V. C. (2020). A educação do campo como forma de resistência e combate ao êxodo rural no Brasil. *Revista OKARA: Geografia em debate*, 14(2), 493-503.

Munanga, K., & Gomes, N. L. (2016). *O negro no Brasil de hoje*. Global.

Munanga, K. (2005). *Superando o racismo na escola*. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.

Oliveira, D. A. (2019). *Por uma geografia nova do ensino de África no Brasil*. CIAR.

Oliveira, P. S. (2020). *Cultura, poder e meio ambiente: sociologia dos trânsitos identitários de uma comunidade rural* (Tese de Doutorado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/13783>

Onofre, J. A. (2014). *A Lei 10.639/03 e seus desdobramentos em uma escola quilombola* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal da Bahia, Salvador. <http://repositorio.ufba.br/handler/ri/18024>

Pêssoa, V. L. S. (2013). *Pesquisa qualitativa na geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas*. Eduerj.

Pinheiro, B. C. S., & Rosa, K. (2018). *Descolonizando saberes: a Lei 10.639/2003 no ensino de ciências*. Editora Livraria da Física.

Prado, D. P. (2013). *Direito à diferença? A aplicabilidade da Lei 10.639/03 nas escolas municipais de Cordeirópolis – SP* (Dissertação de Mestrado). Centro Universitário Salesiano de São Paulo, São Paulo. https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/25_10_2021_10.45.44.abbb2e9288a9d65cf0cd23af542f9c75.pdf

Santos, C. A. (2020). *Dossiê educação do campo: documentos 1998-2018*. Universidade de Brasília.

Santos, C. C. R., Souza, L. F. (2020). Souza, L. F., & Santos, C. C. R. (2020). A geografia escolar e o ensino das relações étnico-raciais: apontamentos a partir do currículo referência do estado de Goiás. *Revista da ABPN*, 273-291.

Santos, N. F. (2018). *Entre saberes e fazeres docentes: o ensino das relações étnico-raciais no cotidiano escolar*. Appris.

Santos, R. E. (2011). A Lei 10.639 e o Ensino da Geografia: construindo uma agenda de pesquisa-ação. *Revista Tamoios*, (1), 4-22.

Secretaria da Educação, Juventude e Esportes do Estado do Tocantins. (2021). *Documento Curricular do Tocantins*.

Silva, C., & Gonçalves, A. V. (2018). A etnografia e suas contribuições para o desenvolvimento de uma pesquisa no contexto de ensino da pedagogia da alternância. *Revista Researchgate*.

Silva, D. N. (2022, 23 de junho). Escravidão no Brasil. *Brasil Escola*. <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/escravidao-no-brasil.html>

Silva, P. S. (2013). *Contornos pedagógicos de uma educação escolar quilombola* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. <https://abpn.org.br/>

Souza, A. J. (2016). *Identidade e cultura afro-brasileira na docência da roça: documento de referência para educação básica* (Dissertação de Mestrado). Universidade do Estado da Bahia, Salvador. <https://abpn.org.br/>

Souza, L. F., & Santos, C. C. R. (2020). A Geografia escolar e o ensino das relações étnico-raciais: apontamentos a partir do currículo referência do estado de Goiás. *Caderno Temático "Geografias Negras"*.

Souza, L. L. (2019). *A África nas aulas de geografia: rompendo representações de uma "história única" em uma escola municipal de Duque de Caxias (RJ)*. <https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/anais14enpeg/article/view/2924/2787>

Turra, C. V. G. (1995). *Racismo cordial: a mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil*. Ática.

Xavier, P. H. G. (2016). *Matrizes formativas e organização pedagógica: contradições na transição da escola rural para escola do campo* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/23085>

Yin, R. K. (2001). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Bookmam.

Informações do Artigo / Article Information

Recebido em: 28/02/2023
Aprovado em: 09/05/2024
Publicado em: 30/06/2024

Received on February 28th, 2023
Accepted on May 09th, 2024
Published on June, 30th, 2024

Contribuições no Artigo: Os(as) autores(as) foram os(as) responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The author were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de Interesse: Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

RBEC	Tocantinópolis/Brasil	v. 9	e15837	UFNT	2024	ISSN: 2525-4863
------	-----------------------	------	--------	------	------	-----------------

Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

Article Peer Review

Double review.

Agência de Fomento

Não tem.

Funding

No funding.

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Bezerra, F. A.; Silva, J. C.; Balsan, R. (2024). A valorização dos povos africanos nas escolas do campo à luz da Lei n. 10.639/2003. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 9, e15837.

ABNT

BEZERRA, F. A.; SILVA, J. C.; BALSAN, R. A valorização dos povos africanos nas escolas do campo à luz da Lei n. 10.639/2003. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 9, e15837, 2024.